



## **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA**

Filiada na Coordenadora Europeia Via Campesina

### **MANTÊM-SE PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA FLORESTA**

#### **LOGO, INCÊNDIOS FLORESTAIS DE 2003 E 2005 PODEM REPETIR-SE ASSIM QUE SURJAM CONDIÇÕES CLIMATÉRICAS IDÊNTICAS...**

Depois dos grandes incêndios de 2003 e 2005 em que arderam respectivamente 422 e 338 mil ha, pouco ou nada se alterou, em termos estruturais, na Floresta Portuguesa de forma a impedir que, em condições climatéricas extremas, não se volte a repetir a destruição a que assistimos nesses anos e que a memória tende a apagar.

Isso mesmo ficou claro nestes últimos dez dias, em que uma subida de temperatura e algum vento trouxeram novamente os grandes e destruidores incêndios a lavrar fora de controlo e durante vários dias, apesar dos enormes meios de combate destacados para o ataque às chamas.

A situação levou mesmo o Governo Português a activar o “Mecanismo Comunitário de Protecção Civil” no sentido de obter ajuda no combate aos incêndios florestais por parte de outros países europeus.

Assumem até proporções de catástrofe e drama os incêndios sucessivos que queimaram floresta, culturas e outros bens em quase todo no concelho do Sabugal, com as Populações a serem verdadeiramente sacrificadas.

A CNA reclama ao Governo o imediato e completo levantamento dos prejuízos com vista à atribuição de apoios, excepcionais e de emergência, quer para reconstituição de infra-estruturas e bens afectados quer para relançamento de actividades. No caso dos Agricultores, e entre outras ajudas estruturantes, os Produtores Pecuários necessitam que lhes seja fornecida a alimentação animal.

No contexto mais geral, a CNA reafirma que o património florestal nacional continua extremamente susceptível ao flagelo dos incêndios florestais, apesar da melhoria que se assinala no reforço e coordenação dos meios de combate, principalmente ao nível da primeira intervenção, e apesar do reforço feito nos últimos anos ao nível das equipas de sapedores florestais.

Perante a violência e a extensão destes incêndios, e como se vê, de nada serve a propaganda com que nos pretendem tapar os olhos os sucessivos Governantes quando falam em “prevenção de incêndios”, aspecto que, de facto, continua a ser negligenciado.

Vejamos:

Pouco mudou nas áreas de responsabilidade acrescida do Estado, matas públicas e áreas protegidas, mantendo-se o declínio destas zonas florestais, perante um ICNB completamente paralisado pelas dificuldades financeiras e pelas dificuldades estruturais agravadas pelo desmantelamento de serviços públicos e pela falta de investimento;

- As áreas ardidas continuam votadas à sua auto-regeneração, tomadas pelas acácias por entre a madeira queimada que nunca chegou sequer a ser retirada;
- A falta de investimento público na Floresta, com os mais de quatro anos de impossibilidade dos produtores acederem às ajudas comunitárias (ainda nenhum produtor florestal beneficiou deste Quadro Comunitário que se iniciou há mais de dois anos e meio) aceleraram o abandono e a desertificação rural e o desânimo total no sector;
- O Cadastro Florestal, que até era considerado como prioritário pelo Governo e que é um instrumento fundamental na orientação e execução da política florestal, em 4 anos de legislatura nem sequer viu o concurso para a sua execução ser lançado, continuando-se, deste modo, sem sequer saber quem são os proprietários de uma área equivalente a 20% do território nacional;
- As ZIF's – Zonas de Intervenção Florestal, ficaram-se pela sua constituição, embrenhadas em burocracia e sem trazer os benefícios práticos anunciados;
- As grandes manchas de monocultura industrial do eucalipto continuaram a espalhar-se ameaçando agora ocupar os solos da Reserva Agrícola Nacional por iniciativa do Governo através das alterações introduzidas na legislação sobre a RAN;
- As pragas e doenças de várias espécies florestais agravaram os prejuízos no sector de forma significativa e a incúria do Governo permitiu que a doença do nemátodo do pinheiro se espalhasse por todo o País;
- Por último, salienta-se a desadequação do Código Florestal aprovado pelo Governo sem uma discussão séria e alargada, pelo que não traduz a opinião dos agentes do sector e não corresponde às reais necessidades do País.

...

Por tudo isto, a CNA entende que estes últimos quatro anos se somam a muitos outros como sendo anos perdidos para a Floresta Portuguesa em termos de Ordenamento e de Prevenção de Incêndios.

Um grave erro estratégico cometido por sucessivos Governos, e um erro tanto mais grave porque estamos a falar de quase 40% do território nacional; de um património e de um recurso natural, dos poucos que temos, capazes de gerar riqueza e emprego no País para além de serem insubstituíveis na preservação do ambiente.

Coimbra, 3 de Setembro de 2009 // A Direcção Nacional da C N A